



B R A S I L I A N A S

William França

brasilianas.cm@gmail.com



Detran-DF, enfim, abre a ‘caixa-preta’ das multas

TJDF considera constitucional lei proposta pelo distrital Chico Vigilante (PT) em 2019 e o Detran-DF agora terá de demonstrar, detalhadamente, o destino do dinheiro obtido com as multas de trânsito

Foram seis anos desde que o deputado distrital Chico Vigilante (PT) propôs uma lei para que o Departamento de Trânsito do DF divulgasse, de forma transparente, o que é feito com o dinheiro das multas que o órgão arrecada. Antes de mais nada, é preciso observar uma primeira informação, caro leitor: o Detran-DF é, de longe, o órgão que mais arrecada dinheiro, de todos os que integram o Governo do Distrito Federal.

Vamos aos números. No ano passado, o Detran-DF arrecadou R\$ 732.816.167,20 (setecentos e trinta e dois milhões de reais). Desse total, exatos R\$ 239.352.634,89 (ou 33% da receita do órgão) foram obtidos por meio da aplicação de 1.334.983 multas de trânsito. Para facilitar a sua vida: foram emitidas um milhão, trezentos e trinta e quatro mil, novecentas e oitenta e três multas de trânsito APENAS PELO DETRAN no ano passado.

Os demais recursos do Detran-DF vêm da prestação de serviços (tudo o que você tem de pagar para regularizar seu carro ou sua Carteira Nacional de Habilitação), que somaram incríveis R\$ 492.631.236,10 (quatrocentos e noventa e dois milhões de reais), e da receita direta do GDF, que é muito pouco diante dos demais valores: R\$ 832.296,21 (oitocentos e trinta e dois mil reais).

Voltando à questão das multas de trânsito. Os quase R\$ 240 milhões arrecadados por multas emitidas pelo Detran em 2024 NÃO INCLUEM as multas emitidas pela Polícia Militar do DF e as do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-DF). Somados todos os três órgãos “multadores”, foram arrecadados R\$ 386.919.918,97 (trezentos e oitenta e seis milhões de reais). Ou seja, apenas o Detran respondeu por 62% com o que foi arrecadado de todas as multas de trânsito emitidas no DF no ano passado.

Este ano. 2025, não está muito diferente. De acordo com os dados dos três primeiros meses, o Detran-DF já arrecadou R\$ 65.240.314,36 (sessenta e cinco milhões e duzentos e quarenta mil reais) na emissão de 310.712 multas de trânsito. Esse total representa 63% do que foi arrecadado até o momento com multas de trânsito no DF. Somando tudo o que os três “multadores” emitem, somam-se R\$ 103.226.245,58.



Os radares de trânsito (no canto à esquerda, acima, na foto) participam da arrecadação das multas do Detran, junto com as autuações presenciais

GDF tentou impedir divulgação dos investimentos

Os dados acima demonstram o que foi arrecadado pelo Departamento de Trânsito com multas. Bem ou mal, esses dados já eram disponibilizados desde 2019 no Portal da Transparência do GDF, por meio de uma prestação de contas gerenciada pela Secretaria de Economia do DF. Nesse portal, é detalhado quanto cada órgão arrecada com as multas de trânsito.

A “grande novidade” agora é que o Detran-DF terá de dizer o que está fazendo com todo esse dinheiro arrecadado. Terá de “abrir a caixa-preta” do cofre da entidade.

Vamos ao histórico. Em 2019, o deputado Chico Vigilante propôs um projeto de lei para que o destino do dinheiro das multas de trânsito fosse explicitado.

A regra foi votada pela Câmara Legislativa do DF em 2020, mas o governador Iba-

neis Rocha (MDB) deu veto total à proposta, justificando vício de origem. Passados quatro anos, os deputados distritais conseguiram derrubar esse veto e a CLDF sancionou a lei, que ganhou o número 7.424/2024.

O GDF decidiu recorrer novamente, desta vez, ao Tribunal de Justiça do DF. Semana passada, por unanimidade, o Conselho Especial do TJ-DFT julgou improcedente a ação direta de inconstitucio-

nalidade e deu validade à Lei Distrital 7.424/2024, proposta por Vigilante em 2019.

“A norma segue em vigor e reforça a transparência nos gastos públicos”, afirmou o despacho do TJDF. Os desembargadores não viram procedência nas alegações do GDF, que de as novas regras criariam novas obrigações para o Detran ou para a Secretaria de Mobilidade do DF (Semob-DF).

De acordo com a decisão, a medida não cria nem modifica a organização de qualquer órgão público, mas limita-se a “regulamentar a publicidade e a transparência das informações relativas à arrecadação e destinação de recursos de multas de trânsito”. O relator observou que a norma respeita os princípios constitucionais da publicidade e da transparência, previstos tanto na Constituição Federal quanto na Lei Orgânica do Distrito Federal.

Chico Vigilante vibrou, pelas redes sociais. “Essa vitória é do povo, é da cidadania — e sigo firme na luta por um DF mais justo, transparente e democrático!”, comemorou o distrital.

Afinal, o que o Detran-DF fez ou faz com o dinheiro que recebe das multas?

Há exato um mês, “Brasiliianas” publicou uma extensa reportagem denunciando a ausência de dados, tanto de arrecadação quanto de gastos, do Detran-DF. Os dados estavam desatualizados desde setembro de 2024. No dia seguinte, esta coluna foi procurada pelo então diretor-geral do órgão, Takane Nascimento, que prometeu corrigir a falha.

Passadas duas semanas, Takane foi exonerado do cargo que ocupava por “ciumeira política” da direção do União Brasil no DF. Agora, ele é secretário-executivo de Cidades da Secretaria de Governo do DF. Antes, porém, ele deixou o portal atualizado com os dados relativos até março. Antes de o

TJDF considerar constitucional essa divulgação.

Bem... voltando à pergunta: o que o Detran fez com o dinheiro?

Com o que arrecadou em 2024, (em números redondos) o Detran-DF investiu R\$ 14 milhões com a manutenção de serviços gerais do próprio órgão, outros R\$ 10 milhões com a modernização do sistema de informação e investiu R\$ 3.850 (isso mesmo, apenas três mil e oitocentos e cinquenta reais) com capacitação de seus servidores, no que se refere à administração geral.

Na atividade fim, o Detran-DF investiu em educação de



Os recursos obtidos com as multas de trânsito só podem ser usados em áreas específicas, diz o CTB

trânsito (R\$ 2,7 milhões), em engenharia de trânsito (R\$ 6,4 milhões), em sinalização horizontal e vertical (R\$ 4,6 milhões), em atendimento aos usuários do Detran (R\$ 2 milhões) e na gestão das atividades de policiamento e fiscalização de trânsito (R\$ 11,8 milhões).

Na manutenção dos semáforos do DF (que datam da década de 1980), o Detran-DF investiu apenas R\$ 3,2 milhões). E não

gastou nada com o programa de concessão da CNH Social nem com o programa de ações de apoio às famílias.

Ah... tem o gasto com a publicidade. Nela, o Detran-DF investiu R\$ 17,7 milhões em ações classificadas como “de utilidade pública” e outro R\$ 1,4 milhão em publicidade “em veículos alternativos de comunicação” - seja lá o que seja isso.

Aparecem ainda gastos com “operações especiais”, que custaram outros R\$ 2,2 milhões.

O artigo 320 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) estabelece que o dinheiro arrecadado com multas de trânsito deve ser aplicado em sinalização, engenharia de tráfego, fiscalização, policiamento, educação no trânsito e renovação de frota. Além disso, 5% da arrecadação é destinada mensalmente ao Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (Funset).

Enfim, o que o Detran-DF gastou e o que sobrou?

Somados, todos os gastos feitos pelo Detran-DF com os recursos das multas somam exatos R\$ 76.604.023,20 (76 milhões). Ou seja: 32% do que foi arrecadado com multas.

E o que foi feito com a sobra, os R\$ 162.748.611,00 restantes no caixa?

Segundo o ex-diretor do

Detran, eles iriam compor um fundo para que fosse feita uma licitação internacional, estimada em R\$ 200 milhões, para a troca de todo o parque semafórico do Distrito Federal (que é dos anos 1980) por um sistema inteligente, que use recursos da IA (inteligência artificial).

O novo diretor-geral do órgão, Marcu Antônio de Souza Bellini, ainda não deu entrevistas e não confirmou (nem cancelou) o projeto de seu antecessor.

De toda forma, o conhecimento desses números só foi possível porque houve uma lei que obriga agora a divulgação das receitas e das despesas.

“Brasiliianas” faz sua parte e compartilha aqui o endereço virtual para que você, leitor-cidadão, possa conferir (e acompanhar) os valores arrecadados e gastos com as multas de trânsito pelo DF. Anote aí: <https://www.detrان.df.gov.br/pres-tacao-de-contas-anual/>

Operação mira peixes na Páscoa

Mais de mil quilos de pescados já foram apreendidos pela Vigilância Sanitária

Por Thamiris de Azevedo

Considerando a alta demanda da venda de pescados no feriado da Páscoa, a Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde (SES) está fiscalizando, na Operação Semana Santa, diversos estabelecimentos do Distrito Federal para verificar a regularidade e qualidade dos alimentos que estão sendo vendidos.

Segundo a Secretaria, a operação acontece desde o dia 7 de abril e pretende verificar 910 estabelecimentos. Até o

momento, já foram apreendidos 1,4 mil kg de 20 comércios autuados, entre 508 auditados.

A Vigilância afirma que o objetivo é garantir segurança e reduzir os possíveis riscos à saúde do consumidor. As carnes vendidas podem englobar presença de objetos indesejados, substâncias químicas, resíduos e outros microrganismos.

“São observadas a qualidade do pescado, as condições de armazenamento e a forma como estão sendo manipulados”, explica nota.



Objetivo é fiscalizar todos os estabelecimentos

Contaminações

A Secretaria alerta que pescados em condições de má qualidade podem causar contaminações físicas, químicas ou biológicas. Para evitar, a SES alerta a população para que observe os olhos de todos os pescados, que devem ser brilhantes e estar presentes.

Os peixes também devem ter os brânquios cor de rosa ou vermelhos e músculos fortes. Não devem ter odores excessivamente fortes, nem estarem muito moles ou duros. Estes sinais podem indicar decomposição do peixe.

Já os camarões devem apresentar aspecto geral brilhante e úmido. O corpo deve

ter curvatura natural, rígida, com carapaça bem aderente ao corpo e coloração própria da espécie. Não podem ainda apresentar pigmentação, odor amoniacal, sulfídrico, ranço e sabor desagradável.

A pasta também descreve que as lulas e polvos devem ter pele lisa, carne firme e elástica e aspecto geral brilhante e úmido. Não podem ter qualquer pigmentação estranha e sabor desagradável.

Em nota, o coordenador da Operação, Allex Moraes, garante que o objetivo é assegurar que 100% dos fornecedores regulares passem pelo crivo da Vigilância Sanitária para verificar se estão dentro dos padrões exigidos.